**CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS**

*entre*

**[●]**

*na qualidade de Alienante;*

**[●]**

*na qualidade de Agente Fiduciário;*

*[e*

**[●]**

**[TITAN VENTURE CAPITAL E INVESTIMENTOS S.A.][[1]](#footnote-2)**

*na qualidade de Interveniente[s] Anuente[s]*

***\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_***

Datado

[●] de [●] de 2021

***\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_***

**CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), celebrado entre:

1. **[●]**, sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o nº [●], neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Alienante”);

e, de outro lado,

1. **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, Centro, CEP 20050-005, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Titan Venture Capital e Investimentos S.A.*” (“Escritura”), doravante designado “Agente Fiduciário” e, em conjunto com a Alienante, as “Partes”;

E, como interveniente[s] anuente[s]:

1. **[[●],** sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [●], neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Companhia”); e]
2. **[TITAN VENTURE CAPITAL E INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, 41º andar, sala 4103 (parte), Botafogo, CEP 22.290-160, inscrita no CNPJ sob nº 23.076.721/0001-80, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Emissora” [ou “Companhia”] **[[2]](#footnote-3)**).] **[[3]](#footnote-4)**

**CONSIDERANDO QUE:**

1. a Emissora aprovou, em assembleia geral extraordinária, realizada em [●] de [●] de 2021 (“AGE da Emissora”), [(i)]a sua [●]ª ([●]) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), nos termos da Escritura[; e (ii) a outorga da presente alienação fiduciária do Bens Alienados (conforme definido abaixo), nos termos do presente Contrato] **[[4]](#footnote-5)**;
2. [a Alienante aprovou, em [assembleia geral extraordinária/reunião do conselho de administração], realizada em [●] de [●] de 2021 (“[AGE/RCA] da Alienante”), dentre outros, a outorga da presente alienação fiduciária do Bens Alienados (conforme definido abaixo), nos termos do presente Contrato;] **[[5]](#footnote-6)**
3. a Alienante é a legítima titular, nesta data, de [●] ([●]) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando [a totalidade / [●]% ([●] por cento)] do capital social da Companhia, que se encontram plenamente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou encargos; e
4. a fim de garantir o fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito das Debêntures, nos termos da Escritura, incluindo principal, juros, Encargos Moratórios, bem como o ressarcimento dos valores despendidos que o Agente Fiduciário venha comprovadamente a desembolsar por conta da execução da presente alienação fiduciária e das demais garantias constituídas em virtude da dívida decorrente da Escritura, a Alienante concordou em alienar fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações da Companhia[ de sua titularidade];

**ISTO POSTO RESOLVEM** as Partes celebrar o presente Contrato conforme as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula 1. Definições.**

* 1. Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa neste Contrato, os termos iniciados em letra maiúscula aqui empregados terão os significados a eles atribuídos na Escritura.

**Cláusula 2. Alienação Fiduciária.**

* 1. A fim de garantir e assegurar o fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento de todas e quaisquer obrigações da Emissora principais, acessórias, moratórias, presentes e futuras decorrentes ou que venham a decorrer das Debêntures e da Escritura, cujos principais termos e condições são incorporados ao presente Contrato, para fins do Artigo 1.362 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), na forma do Anexo I, como principal da dívida, juros e Encargos Moratórios, bem como o ressarcimento de toda e qualquer despesa que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar por conta da constituição e/ou execução da presente alienação fiduciária ou da Escritura, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais incorridas (“Obrigações Garantidas”), a Alienante, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, constitui propriedade fiduciária aos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, sobre os bens descritos abaixo, em conformidade com o disposto no Artigo 40 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e no Artigo 66-B da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e posteriores alterações (“Bens Alienados”):
1. alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela Alienante e que totalizam, nesta data, [●] ([●]) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, representativas [da totalidade / de [●]% ([●] por cento)] do capital social total e votante da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, exceto os ônus criados por meio deste Contrato (“Ações Alienadas”);
2. alienação fiduciária de quaisquer ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia que venham a ser adquiridas e/ou subscritas e/ou recebidas de qualquer forma pela Alienante no futuro, de acordo com os artigos 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, bem como direitos relacionados ou, na medida em que convertidos em ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, os quais se sujeitarão, automaticamente, à alienação fiduciária ora criada (“Novas Ações”); e
3. todos os direitos econômicos relativos às Ações Alienadas ou Novas Ações, incluindo dividendos, juros sobre capital, reembolsos, rendimentos, bonificações e outras distribuições semelhantes.

**Cláusula 3. Averbação, Registro e Consentimentos.**

* 1. A Alienante, [às suas expensas][às expensas da Emissora,] deverá obter todos os registros, autorizações e averbações que vierem a ser exigidos pelas leis aplicáveis, para o fim de formalizar o ônus instituído pelo presente Contrato, incluindo-se, entre outros: [**Nota Cescon Barrieu**: PNA/Companhia, favor confirmar se as despesas serão sempre arcadas pela Titan, independentemente da companhia cujas ações são objeto do contrato.]
1. apresentar para registro o presente Contrato, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua assinatura, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades em que se localizam as sedes das Partes e das intervenientes a este Contrato;
2. apresentar para registro qualquer aditamento ao presente Contrato, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua respectiva assinatura, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades em que se localizam as sedes das Partes e das intervenientes a este Contrato e de tais aditamentos;
3. obter o registro deste Contrato ou de seus respectivos aditamentos junto aos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades em que se localizam as sedes das Partes e das intervenientes a este Contrato e seus aditamentos dentro de 20 (vinte) dias contados da respectiva data de celebração;
4. apresentar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de obtenção de cada um dos registros a que se referem as alíneas “a” e “b” acima, 1 (uma) via original registrada deste Contrato ou seus respectivos aditamentos, conforme o caso, perante cada um dos cartórios de Registro de Títulos e Documentos;

1. nesta data, realizar a averbação da seguinte redação no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, como requerido nos termos do Artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, na data da celebração deste Contrato e de qualquer aditamento subsequente nos termos aqui previstos, conforme aplicável: “*A totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela acionista [●] (a “Alienante”), assim como todos os bens, direitos, rendimentos e/ou valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma entregues ou pagos à Alienante, em decorrência de sua participação acionária, inclusive mediante a permuta, cessão, venda ou qualquer outra forma de alienação destas ações, incluindo quaisquer bens, títulos ou valores mobiliários nos quais elas sejam convertidas, foram alienadas fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, detentores das debêntures emitidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Titan Venture Capital e Investimentos S.A., nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Alienante e a [●], na qualidade de agente fiduciário, com interveniência anuência da Companhia [e da Titan Venture Capital e Investimentos S.A.], em [●] de [●] de 2021, conforme aditado de tempos em tempos.*”; e
2. apresentar ao Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da averbação de que trata o item “d” acima, cópia autenticada do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, comprovando referida averbação.
	* 1. Caso a Alienante não providencie tempestivamente os protocolos e averbações previstos na Cláusula 3.1 acima, o Agente Fiduciário poderá realizá-los às expensas da [Emissora]. [**Nota Cescon Barrieu**: PNA/Companhia, favor confirmar se as despesas serão sempre arcadas pela Titan, independentemente da companhia cujas ações são objeto do contrato.]
	1. A Alienante e o Agente Fiduciário comprometem-se a, após (i) a emissão pela Companhia de novas ações representativas de seu capital social e a sua subscrição ou recebimento (conforme o caso) pela Alienante ou, ainda, se for o caso, (ii) a aquisição de titularidade por qualquer outro meio, pela Alienante, de ações de emissão da Companhia, a celebrar aditivo ao presente Contrato, nos termos do Anexo III do presente Contrato, sem a necessidade de Assembleia Geral de Debenturistas, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis contados de referida emissão ou aquisição (conforme aplicável), vinculando as novas ações à alienação fiduciária em garantia ora constituída e, ainda, comprometem-se a praticar todos os atos elencados na Cláusula 3.1 acima, de forma a expressamente efetuar o registro e a averbação da alienação fiduciária relativamente a tais novas ações.
	2. A [Emissora]será responsável e deverá adiantar ou ressarcir, conforme o caso, o Agente Fiduciário por todos os custos, tributos, emolumentos e despesas razoáveis comprovadamente realizados para registro e averbação deste Contrato ou quaisquer outros documentos produzidos de acordo com o presente (incluindo aditamentos a este), em até 10 (dez) Dias Úteis do recebimento de solicitação escrita.
	3. A Alienante[, a Emissora] e a Companhia comprometem-se a cumprir todo e qualquer outro requerimento legal que venha a ser aplicável e necessário à integral preservação dos direitos e garantias constituídos neste Contrato, em favor dos Debenturistas, fornecendo ao Agente Fiduciário, quando por este solicitado, a comprovação de referido cumprimento.

**Cláusula 4. Declarações e Garantias; Compromissos Adicionais**

* 1. Sem prejuízo do disposto na Escritura, a Alienante declara e garante ao Agente Fiduciário que, nesta data:
1. é sociedade devidamente organizada, constituída e validamente existente segundo as leis do Brasil, com plenos poderes, capacidade e autoridade para celebrar este Contrato;
2. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações societárias necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
3. seus representantes legais que assinam este Contrato têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para vincular a Alienante, conforme aplicável, quanto às obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
4. é legítima proprietária das ações indicadas no Considerando “B” deste Contrato, as quais representam [a totalidade / [●]% ([●] por cento)] do capital social da Companhia e se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, com exceção dos ônus criados por meio deste Contrato;
5. a celebração e os termos e condições deste Contrato e da Escritura e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, (i) não infringem seu [estatuto/contrato] social; (ii) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Alienante é parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que vincule a Alienante ou os seus Bens Alienados; e (iii) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato do qual a Alienante é parte; (2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia (exceto pelos ônus constituídos por meio deste Contrato); ou (3) rescisão de qualquer contratos ou instrumentos dos quais a Alienante é parte;
6. tem conhecimento de todos os termos e condições da Escritura e das Obrigações Garantidas, inclusive cláusulas de eventos de inadimplemento e vencimento antecipado;
7. a procuração outorgada pela Alienante para excussão dos Bens Alienados, na forma do modelo anexo como Anexo II a deste Contrato, foi devida e validamente outorgada e formalizada, e confere ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, os poderes nela expressos de forma lícita, válida e eficaz;
8. não tem conhecimento da existência de procedimentos administrativos ou ações judiciais, pessoais ou reais, de qualquer natureza, em qualquer instância ou tribunal, contra si, que possam afetar a alienação fiduciária prevista neste Contrato; e
9. as declarações e garantias por ela prestadas na Escritura são válidas e verdadeiras nesta data.
	1. Sem prejuízo do disposto na Escritura e na Cláusula 4.1 acima, a Companhia declara e garante ao Agente Fiduciário que, nesta data:
10. é sociedade devidamente organizada, constituída e validamente existente segundo as leis do Brasil, com plenos poderes, capacidade e autoridade para celebrar este Contrato;
11. está devidamente autorizada a celebrar este Contrato e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações societárias necessárias para tanto;
12. seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes societários e/ou delegados para vincular a Companhia, conforme aplicável, quanto às obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
13. arquivou em sua sede o presente Contrato e repetirá o procedimento para eventuais aditamentos a este Contrato.
	1. [Sem prejuízo do disposto na Escritura e nas Cláusulas 4.1 e 4.2 acima, cada uma das intervenientes (exceto a Companhia) declara e garante ao Agente Fiduciário, solidariamente, que, nesta data:
14. é sociedade devidamente organizada, constituída e validamente existente segundo as leis do Brasil, com plenos poderes, capacidade e autoridade para celebrar este Contrato;
15. está devidamente autorizada a celebrar este Contrato e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações societárias necessárias para tanto;
16. seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes societários e/ou delegados para vincular a Emissora, conforme aplicável, quanto às obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
17. as declarações e garantias por ela prestadas na Escritura são válidas e verdadeiras nesta data.
	1. Sem prejuízo às demais obrigações assumidas neste Contrato e na Escritura ou em lei, a Alienante, neste ato, obriga-se a cumprir as seguintes obrigações, até que todas as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente satisfeitas:
18. observados os termos e condições previstos na Escritura, não criar quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza sobre os Bens Alienados, exceto pela presente alienação fiduciária;
19. observados os termos e condições previstos na Escritura, caso quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza sejam criados sobre os Bens Alienados (que não aqueles decorrentes da presente alienação fiduciária), fazer com que tais ônus, encargos ou gravames sejam cancelados;
20. informar ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento, sobre qualquer outro ônus ou constrição que recaia sobre os Bens Alienados (exceto pelos ônus constituídos por meio deste Contrato);
21. fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e documentos comprobatórios com relação aos Bens Alienados que sejam razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário e necessários ao exercício de direitos previstos no presente Contrato;
22. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre os Bens Alienados que sejam de responsabilidade da Alienante;
23. não alienar, vender, ceder, prometer ceder, transferir ou dispor, de qualquer forma, de quaisquer dos Bens Alienados;
24. não permitir o ingresso de novo acionista no capital social da Companhia, incluindo mas não se limitando, por meio de cessão de direito de preferência ou renúncia na subscrição de novas ações de emissão da Companhia;
25. não celebrar, sem prévia autorização dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, quaisquer acordos de acionistas ou contratos regulando as relações, direitos e obrigações com relação à Companhia, inclusive quanto ao exercício do direito de voto;
26. exceto nos termos e condições previstos na Escritura, não realizar qualquer operação de incorporação, cisão ou fusão da Companhia, ou qualquer outra forma de sua reorganização societária;
27. manter os Debenturistas e o Agente Fiduciário indenes de todas e quaisquer responsabilidades que lhe sejam imputadas, custos e despesas que venham incorrer (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias): (i) referentes ou provenientes de quaisquer tributos ou encargos trabalhistas eventualmente devidos pela Alienante, bem como quaisquer tributos eventualmente incidentes sobre os Bens Alienados; (ii) referentes a quaisquer passivos, inclusive ambientais, da Companhia; e/ou (iii) referentes ou resultantes da falsidade, inveracidade ou incorreção de qualquer de suas declarações e garantias contidas neste Contrato;
28. manter em vigor, válida e eficaz a procuração para a excussão dos Bens Alienados outorgada na forma do Anexo III deste Contrato [pelo prazo de 1 (um) ano, obrigando-se ainda, a renová-la com pelos menos 30 (trinta) dias de antecedência de seu vencimento, por iguais períodos de 1 (um) ano, ou até o pagamento e liberação integral das Obrigações Garantidas, o que ocorrer primeiro] [[6]](#footnote-7); e
29. na hipótese de excussão da presente garantia, entregar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis de sua solicitação, os livros societários da Companhia e os demais documentos que evidenciam a titularidade dos Bens Alienados.

**Cláusula 5. Direitos de Voto e Dividendos.**

* 1. Sem prejuízo das disposições da Escritura, desde que nenhum Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura) esteja em curso, a Alienante exercerá livremente o direito de voto em relação às Ações Alienadas (incluindo, se aplicável, Novas Ações), ficando, contudo, estabelecido que (i) a Alienante) não exercerá tal direito de voto, tampouco concederá qualquer consentimento, renúncia ou ratificação, ou praticará qualquer outro ato que, de qualquer maneira, viole os termos do presente Contrato e/ou da Escritura ou que possa a levar, de forma imediata ou após o decurso de prazo de cura seja aplicável, à ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura); e (ii) as seguintes deliberações dependerão de consentimento prévio do Agente Fiduciário, após a orientação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas: (a) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (b) qualquer alteração nas características das Ações Alienadas; (c) transformação, fusão ou incorporação da Companhia, bem como a redução do seu capital social ou o desdobramento de suas ações; (d) criação ou emissão de qualquer título ou valor mobiliário pela Companhia; (e) qualquer deliberação que confira aos acionistas da Companhia o direito de recesso/retirada; ou (f) pedido de recuperação judicial ou autofalência ou a celebração de acordo de recuperação extrajudicial da Companhia.

f) distribuição de dividendos acima do mínimo exigido por lei.

* 1. Observado o disposto na Cláusula 5.1. acima, enquanto perdurar algum Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura), o exercício, pela Alienante, dos direitos de voto referentes às Ações Alienadas (incluindo, se aplicável, Novas Ações) estará sujeito à autorização prévia e por escrito dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.

5.2.1. Na hipótese de uma assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada nos termos da Escritura para deliberar acerca de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura) aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Alienante poderá novamente exercer livremente o seu direito de voto. Para que não restem dúvidas, na hipótese de não instalação ou suspensão dos trabalhos de tal assembleia geral de Debenturistas sem deliberação acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o direito de voto da Alienante continuará sujeito às limitações contidas na Cláusula 5.2.

* 1. Observado o disposto na Escritura, desde que nenhum Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura) tenha ocorrido e esteja em curso, os lucros, dividendos, juros sobre capital e outras distribuições semelhantes poderão ser pagos com relação às Ações Alienadas ou Novas Ações à Alienante, na medida permitida por este Contrato e pela Escritura e uma vez distribuídos e efetivamente pagos deixarão de integrar a alienação fiduciária aqui prevista.
	2. Caso algum Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura) esteja em curso, na hipótese e de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, ou caso ocorra vencimento final das Debêntures sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas, a Companhia obriga-se, desde já, a depositar e a Alienante obriga-se a fazer com que a Companhia deposite quaisquer valores pagos a título de lucros, dividendos, juros sobre capital e outras distribuições semelhantes à Alienante, relativos às Ações Alienadas ou às Novas Ações, [em conta vinculada de titularidade da Alienante, a ser aberta exclusivamente para este fim, conforme deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá ser dada em garantia das Obrigações Garantidas em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário[[7]](#footnote-8)/ na Conta Vinculada [●][[8]](#footnote-9),] sendo que, uma vez deliberada e aprovada a não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral, os recursos eventualmente retidos na conta vinculada serão liberados à Alienante.
	3. Será nulo e ineficaz perante a Companhia e/ou a Alienante qualquer ato ou negócio jurídico relacionado aos Bens Alienados praticado em desacordo com as disposições deste Contrato, em especial as relativas ao exercício dos direitos políticos e econômicos previstos nas Cláusulas 5.1 a 5.4 acima.

**Cláusula 6. Excussão dos Bens Alienados.**

* 1. Ocorrendo a declaração de vencimento antecipado resultante de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura) ou no vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas, a propriedade plena dos Bens Alienados e a posse direta e indireta dos Bens Alienados e de seus frutos, consolidar-se-á em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, que poderão promover a imediata excussão dos Bens Alienados, de boa-fé, pelo preço, nas condições que os Debenturistas entenderem apropriados (observadas as limitações legais com relação à venda por preço vil), no todo ou em parte, pública ou particularmente, judicial ou extrajudicialmente, a exclusivo critério dos Debenturistas, nos termos deste Contrato e do artigo 1.364 do Código Civil, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, incluindo, naquilo que forem aplicáveis, aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações, independentemente de leilão, de hasta pública, de avaliação, de prévia notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, podendo, inclusive, conferir opções de compra sobre os Bens Alienados.
	2. Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 6, inclusive a título de dividendos pagos às Ações Alienadas entre (i) a data em que ocorreu o Evento de Inadimplemento que ensejou a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou a data do vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas (conforme o caso); e (ii) a data de recebimento dos recursos relativos à excussão dos Bens Alienados, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou liquidação do saldo devedor das Obrigações Garantidas.
	3. O valor obtido com a venda dos Bens Alienados será utilizado para o pagamento das Obrigações Garantidas aos Debenturistas, nos termos deste Contrato. Uma vez sendo estas integralmente pagas, e havendo saldo positivo (considerando a diferença entre o valor obtido pela venda dos Bens Alienados e o pagamento das Obrigações Garantidas) será ele entregue à Alienante, na proporção de sua participação societária na Companhia, após deduzidas despesas de cobrança comprovadas e os valores suficientes destinados à quitação das Obrigações Garantidas mediante transferência para a Alienante, a crédito da conta corrente que para tanto seja indicada pela Alienante. Havendo, após a excussão desta garantia, saldo em aberto das Obrigações Garantidas, a Emissora e os Fiadores permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura.
	4. A Alienante concorda e reconhece expressamente que, mediante a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou no vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas, o Agente Fiduciário, em nome dos Debenturistas, poderá praticar todos os atos necessários para a venda e transferência dos Bens Alienados, inclusive, conforme aplicável, firmar os respectivos contratos de venda e compra, receber valores, dar quitação e transigir, devendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações que porventura sejam necessários para a efetiva venda e transferência dos Bens Alienados, observadas as condições de excussão previstas nesta Cláusula 6.
	5. A Alienante[, a Emissora] e a Companhia desde já se obrigam a praticar todos os atos que lhes sejam exigíveis e a cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer razoavelmente necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos.
	6. Na hipótese de excussão da presente garantia, a Alienante desde já renuncia a qualquer direito de sub-rogação, nos direitos de crédito correspondentes às Obrigações Garantidas que sejam satisfeitas com recursos decorrentes da excussão da presente garantia. A Alienante reconhece, portanto: (i) que não terá qualquer pretensão ou ação contra [a Emissora,] [[9]](#footnote-10) a Companhia, os Debenturistas, o Agente Fiduciário, e/ou o eventual adquirente dos Bens Alienados em razão de tal sub-rogação; e (ii) que a renúncia de subrogação aqui prevista não implica em enriquecimento sem causa [da Emissora,] [[10]](#footnote-11) da Companhia, dos Debenturistas, do Agente Fiduciário, e/ou do eventual adquirente dos Bens Alienados.
	7. A Alienante neste ato outorga em favor do Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, na presente data, uma procuração no modelo do Anexo III deste Contrato, conferindo os poderes necessários para que o Agente fiduciário exerça os direitos a ele conferidos por meio deste Contrato, agindo em nome e benefício dos Debenturistas.
	8. [A Alienante renuncia neste ato, a direitos previstos em contratos celebrados entre acionistas da Companhia de que as Alienante seja parte que, no momento da efetiva excussão, afetem a exequibilidade ou execução desta garantia e a transferência dos Bens Alienados, incluindo, mas não se limitando, a *tag-along*, *drag-along* e direito de preferência, bem como do direito previsto no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações.]

**Cláusula 7. Comunicações.**

* 1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos deste Contrato, se feitas por correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:
1. Se para a Alienante:

**[●]**

[endereço]

[cidade, estado], CEP [●] –

Atenção: [**●**]

E-mail: [**●**]

1. Se ao Agente Fiduciário:

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, CentroCEP 20.050-005

Rio de Janeiro, RJ

At.: Srs. Carlos Alberto Bacha / Matheus Gomes Faria / Rinaldo Rabello Ferreira

Telefone: (21) 2507-1949

e-mail: spestruturacao@simplificpavarini.com.br

1. [Se para a Companhia:

[**●**]

[endereço]

[cidade, estado], CEP [**●**]

Atenção: [**●**]

E-mail: [**●**]]

1. Se para a Emissora:

**TITAN VENTURE CAPITAL E INVESTIMENTOS S.A.**

Rua Lauro Muller, nº 116, 41º andar, sala 4103 (parte), Botafogo

Rio de Janeiro, RJ , CEP 22.290-160

Atenção: [**●**]

E-mail: [**●**]

* 1. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**Cláusula 8. Conjunto de Garantias.**

* 1. A garantia prevista no presente Contrato será adicional, e sem prejuízo de quaisquer outras garantias ou direito real de garantia que venha a ser outorgado pela Emissora ou por qualquer outra parte como garantia das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura e poderá ser excutida de forma isolada, alternativa ou conjuntamente com qualquer outra garantia ou direito real de garantia, simultaneamente ou em qualquer ordem, total ou parcialmente, quantas vezes forem necessárias, sem que isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até o integral adimplemento das Obrigações Garantidas. A excussão pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, da alienação avençada nos termos deste Contrato não deverá impedir os Debenturistas, de excutir quaisquer outras garantias ou direitos reais de garantia outorgados para garantir as Obrigações Garantidas.

**Cláusula 9. Disposições Gerais.**

* 1. Término e Liberação. A alienação fiduciária em garantia ora constituída somente será liberada e extinta imediatamente após o integral pagamento de todas as quantias devidas relativas às Obrigações Garantidas, devidamente apurada pelo Agente Fiduciário, nos termos da Escritura.
	2. Independência entre as Disposições. Qualquer disposição deste Contrato que venha a ser considerada inexequível não afetará as demais disposições aqui contidas, as quais permanecerão válidas e em pleno vigor e eficácia.
	3. Ausência de Renúncia. Qualquer atraso ou renúncia dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário em exercer seus poderes ou direitos decorrentes deste Contrato não implicará nem deverá ser interpretada como uma renúncia ou um aditamento a este Contrato, exceto caso expressamente acordado com os Debenturistas. Os direitos e ações previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou ações previstas em lei.
	4. Tolerância. A tolerância por qualquer das Partes quanto a alguma demora, atraso ou omissão da outra no cumprimento das obrigações ajustadas neste Contrato, ou a não aplicação, na ocasião oportuna, das cominações aqui constantes, não acarretará no cancelamento das penalidades, nem dos poderes ora conferidos, podendo ser aplicadas aquelas e exercidos estes, a qualquer tempo, caso permaneçam as causas.
		1. O disposto na Cláusula 9.4 supra prevalecerá ainda que a tolerância ou a não aplicação das cominações ocorra repetidas vezes, consecutiva ou alternadamente.
	5. Renúncias e Aditamentos. Todas e quaisquer renúncias, aditamentos ou modificações de disposições deste Contrato somente serão válidas se feitas por escrito e assinadas pelas partes contratantes.
		1. As Partes concordam que o presente Contrato poderá ser alterado sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando verificado erro formal, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (ii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
	6. Sucessores e Cessionários. Este Contrato obriga tanto as partes quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título. A transferência de quaisquer direitos ou obrigações aqui previstas, pela Alienante, é condicionada ao prévio consentimento expresso, inequívoco e por escrito dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.
	7. Conflito. As Partes desde já concordam que, em caso de conflito entre as disposições específicas constantes do presente Contrato e as genéricas e/ou amplas constantes da Escritura, que se refiram inclusive, mas não somente, à alienação fiduciária dos Bens Alienados, as disposições deste Contrato deverão prevalecer. Fica desde já estabelecido que a existência de cláusulas e condições específicas neste Contrato, que porventura não estejam descritas na Escritura, deverão ser interpretadas como sendo complementares (e vice-versa) àquelas.
	8. Validades dos Atos e Manifestações. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com estes, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura.
	9. Lei Aplicável. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e constitui título executivo extrajudicial, de acordo com os termos do Artigo 784, incisos III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”). A Alienante[, a Emissora] e a Companhia neste ato reconhecem e concordam que toda e qualquer obrigação assumida ou que lhes possa ser imputada, nos termos do presente Contrato ou a ele relacionada, estará sujeita à execução específica de acordo com, os artigos 497, 501, 536, 806, 815, 822 e 823 e respectivos parágrafos do Código de Processo Civil.
	10. Eleição de Foro. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, em [●] ([●]) vias idênticas, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco)*

*[assinaturas]*

**Anexo I**

**Descrição das Obrigações Garantidas**

**1. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão é de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão.

**2. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de [R$1.000,00] ([mil] reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

**3. Data de Emissão:** [●] de [●] de 2021 (“Data de Emissão”).

**4. Série e Quantidade de Debêntures:** A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas [500.000] ([quinhentas mil]) Debêntures.

**5. Atualização** **Monetária:** Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

**6. Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa de 5,00% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive). A Remuneração (conforme definido na Escritura) será calculada de acordo com a fórmula estabelecida na Escritura.

**7. Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de resgate das Debêntures, conforme previsto na Escritura, Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido na Escritura), Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido na Escritura) com eventual resgate da totalidade das Debêntures, Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido na Escritura) e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [**●**] de [**●**] de 2028 (“Data de Vencimento”).

**8. Pagamento da Remuneração**: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate das Debêntures, conforme previsto na Escritura, Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido na Escritura), Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido na Escritura), Amortização Extraordinária Obrigatória (conforme definido na Escritura), Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido na Escritura), Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido na Escritura)e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, todo dia [●] ([●]) dos meses de [●], [●] e [●], ocorrendo o primeiro pagamento em [●] de [●] de 2021 e o último, na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

**9. Amortização do Valor Nominal Unitário**: O saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura) das Debêntures, será amortizado em 28 (vinte e oito) parcelas trimestrais e consecutivas, a partir do 3º (terceiro) mês (inclusive) após a Data de Emissão, devidas sempre no dia [●] ([●]) dos meses de [●], [●] e [●] de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em [●] de [●] de 2021, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures previstas na Escritura.

**10. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos da Escritura e/ou deste Contrato e dos demais Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura), serão realizados (i) pela Emissora, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), à Remuneração (conforme definido na Escritura), aos prêmios de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido na Escritura), Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido na Escritura), Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido na Escritura)e Amortização Extraordinária Obrigatória (conforme definido na Escritura)e aos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) pela Emissora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Banco Liquidante (conforme definido na Escritura) ou em sua sede, conforme o caso.

**11. Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos da Escritura, dos Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura) e/ou nos demais documentos da Emissão e da Oferta, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata* *temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").

As demais características das Debêntures e, consequentemente, das Obrigações Garantidas, estão descritas na Escritura, cujas cláusulas, termos e condições as partes declaram expressamente conhecer e concordar.

## **Anexo II**

## **Modelo de Procuração**

**[Alienante]**, [qualificação], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o nº [●], neste ato representada por meio de seus diretores devidamente autorizados nos termos do seu [Estatuto/Contrato] Social (“Outorgante”), nomeia e constituí como seu bastante procurador, a **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, Centro, CEP 20050-005, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50 (“Outorgada”), na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Titan Venture Capital e Investimentos S.A.*” (“Escritura”), para, agindo em seu nome, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, celebrado em [●] de [●] de 2021, entre a Outorgante e a Outorgada, com interveniência anuência [da [●]] e da Titan Venture Capital e Investimentos S.A. (“Contrato”), praticar os seguintes atos:

(i) praticar qualquer ato (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) com o objetivo de preservar todos os seus direitos estabelecidos no Contrato e de defender e preservar os Bens Alienados, incluindo, mas não se limitando (a) à averbação do ônus constituído por meio do Contrato no Livro de Registro de Ações da Companhia, e (b) o registro do Contrato e de seus aditamentos perante os cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades em que se localizam as sedes das Partes e das intervenientes a ao Contrato e de tais aditamentos; e

(ii) praticar quaisquer atos necessários à excussão das garantias previstas e respeitado o disposto no Contrato, inclusive, sem limitação, o quanto segue:

(a) vender ou fazer com que seja vendida, no todo ou em parte, ceder ou conferir opção ou opções de compra, conforme o caso, todos os Bens Alienados, por meio de venda pública ou privada, obedecida a legislação aplicável;

(b) utilizar os valores recebidos de acordo com a alínea “(a)” acima no pagamento das Obrigações Garantidas, decorrentes da Escritura, devendo deduzir todas as despesas judiciais e os tributos eventualmente incidentes e entregar à Outorgante o que eventualmente sobejar, bem como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade dos Bens Alienados, podendo dar e receber quitação;

(c) receber quaisquer rendimentos dos Bens Alienados ou quaisquer montantes devidos com relação às mesmas para pagamento das Obrigações Garantidas; e

(d) assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental, que sejam necessários para efetuar a venda pública ou privada dos Bens Alienados nos termos do Contrato.

A Outorgada poderá substabelecer, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos a ela, sendo certo que referido substabelecimento estará limitado aos advogados terceiros especializados contratados para tanto, sendo certo que tal substabelecimento somente poderá ser efetuado, se assim deliberado pelos Debenturistas, em sede de assembleia geral.

Esta procuração é outorgada como condição do Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações nele estabelecidas e é irrevogável, nos termos do artigo 684 do Código Civil.

Esta procuração será válida [pelo prazo de 1 (um) ano e deverá ser renovada com pelos menos 30 (trinta) dias de antecedência de seu vencimento, por iguais períodos de 1 (um) ano, ou] até o pagamento e liberação integral das Obrigações Garantidas, o que ocorrer primeiro.[[11]](#footnote-12)

Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato.

[local], [data].

*[Assinaturas]*

## **Anexo III**

**MODELO DE ADITAMENTO**

**[●] ([●]) ADITAMENTO AO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular,

1. **[●]**, sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o nº [●], neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Alienante”);

e, de outro lado,

1. **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, Centro, CEP 20050-005, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Titan Venture Capital e Investimentos S.A.*” (“Escritura”), doravante designado “Agente Fiduciário” e, em conjunto com a Alienante, as “Partes”;

E, como interveniente[s] anuente[s]:

1. **[[●],** sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [●], neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Companhia”); e]
2. **TITAN VENTURE CAPITAL E INVSTIMENTOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, 41º andar, sala 4103 (parte), Botafogo, CEP 22.290-160, inscrita no CNPJ sob nº 23.076.721/0001-80, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Emissora” [ou “Companhia”]); **[[12]](#footnote-13)**

**CONSIDERANDO QUE:**

1. a Alienante, o Agente Fiduciário[, a Emissora] e a Companhia, na qualidade de interveniente[s] anuente[s], celebraram em [●] de [●] de 2021 o “*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*” (“Contrato”), que foi devidamente registrado no (i) Cartório de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em [●] de [●] de 2021, sob o nº [●], (ii) [demais cartórios], por meio do qual a Alienante concordou em alienar fiduciariamente a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela Alienante e que totalizavam, na data de celebração do Contrato, [●] ([●]) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, representativas [da totalidade / [●]% ([●] por cento)] do capital social total e votante da Companhia, a fim de garantir o fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da [●]ª ([●]) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora, nos termos da Escritura;
2. [em [●] de [●] de 2020, houve a subscrição de [●] ([●]) Novas Ações de emissão da Companhia pela Alienante];
3. as Partes desejam aditar o Contrato para alterar a atual quantidade de ações de emissão da Companhia detida pela Alienante, em razão da subscrição de novas ações de emissão da Companhia.

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar o presente *“[●]º ([●]) Aditamento Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*” (“Aditamento”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula 1. Definições.**

* 1. Exceto se expressamente indicado ou definido de forma diversa neste Aditamento, os termos iniciados em letra maiúscula aqui empregados terão os significados a eles atribuídos na Escritura e/ou no Contrato, conforme o caso.

**Cláusula 2. Dos Requisitos.**

2.1. A Alienante deverá apresentar o presente Aditamento para registro no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da presente data, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades em que se localizam as sedes dos signatários deste Aditamento, nos termos da Cláusula 3.1, item (b), do Contrato, devendo tais registros serem obtidos em até 20 (vinte) dias contados da presente data, nos termos da Cláusula 3.1, item (c), do Contrato.

2.3. Conforme disposto na Cláusula 3.1, item (d), do Contrato, a Alienante deverá apresentar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de obtenção do registro mencionado na Cláusula 2.2 acima, 1 (uma) via original registrada deste Aditamento.

**Cláusula 3. Dos Aditamentos.**

**3.1.** Tendo em vistao disposto nos Considerandos acima, resolvem as Partes:

(a) Alterar o Considerando (B) e a Cláusula 2.1, item (a), do Contrato, que passarão a vigorar com as seguintes novas redações:

*“CONSIDERANDO QUE*

*(...)*

*(B) a Alienante é a legítima titular, nesta data, de [●] ([●]) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando [a totalidade / de [●]% ([●] por cento)] de seu capital social, que se encontram plenamente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou encargos;”*

*“2.1. (...)*

*(a)* *alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela Alienante e que totalizam, nesta data, [●] ([●]) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, representativas [da totalidade / de [●]% ([●] por cento)] do capital social total e votante da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, exceto os ônus criados por meio deste Contrato (“Ações Alienadas”)”.*

**Cláusula 4. Declarações e Garantias; Ratificações e Consolidação.**

4.1. A Alienante declara e garante que:

1. é sociedade devidamente organizada, constituída e validamente existente segundo as leis do Brasil, com plenos poderes, capacidade e autoridade para celebrar este Aditamento;
2. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações societárias necessárias à celebração deste Aditamento e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
3. seus representantes legais que assinam este Aditamento têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para vincular a Alienante, conforme aplicável, quanto às obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
4. é legítima proprietária das ações indicadas no Considerando “B” deste Aditamento, as quais representam [a totalidade / [●]% ([●] por cento)] do capital social da Companhia e se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, com exceção dos ônus criados por meio do Contrato e deste Aditamento;
5. a celebração e os termos e condições deste Aditamento e do Contrato o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, (i) não infringem seu [estatuto/contrato] social; (ii) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Alienante é parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que vincule a Alienante ou os seus Bens Alienados; e (iii) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato do qual a Alienante é parte; (2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia (exceto pelos ônus constituídos por meio deste Aditamento e do Contrato); ou (3) rescisão de qualquer contratos ou instrumentos dos quais a Alienante é parte; e
6. todas as demais declarações prestadas pela Alienante no Contrato são válidas e verdadeiras nesta data.

4.2. Ficam ratificados, nos termos em que se encontram redigidos, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes do Contrato que não tenham sido expressamente alterados por este Aditamento.

4.3. Tendo em vista o exposto acima, as Partes, de comum acordo, resolvem consolidar o Contrato, o qual passará a vigorar na forma do Anexo I ao presente Aditamento.

**Cláusula 5. Das Disposições Gerais.**

5.1. Sucessores e Cessionários. Este Aditamento obriga tanto as partes quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título. A transferência de quaisquer direitos ou obrigações aqui previstas, por qualquer das partes, é condicionada ao prévio consentimento expresso, inequívoco e por escrito dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

5.2. Lei Aplicável. Este Aditamento será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e constitui título executivo extrajudicial, de acordo com os termos do Artigo 784, incisos III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”). A Alienante [, a Emissora] e a Companhia neste ato reconhecem e concordam que toda e qualquer obrigação assumida ou que lhes possa ser imputada, nos termos do presente Contrato ou a ele relacionada, estará sujeita à execução específica de acordo com, os artigos 497, 501, 536, 806, 815, 822 e 823 e respectivos parágrafos do Código de Processo Civil.

5.3. Eleição de Foro. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente [●] ([●]) Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, em [●] ([●]) vias idênticas, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, [●] de [●] de [●].

*[assinaturas]*

**ANEXO I**

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO**

1. Emissora somente não será interveniente anuente quando for a Alienante. [↑](#footnote-ref-2)
2. Apenas para a Alienação Fiduciária das Ações da Emissora. [↑](#footnote-ref-3)
3. Emissora somente não será interveniente anuente quando for a Alienante. [↑](#footnote-ref-4)
4. Apenas na hipótese da Emissora ser a Alienante. [↑](#footnote-ref-5)
5. A ser excluído caso a Emissora seja a Alienante. [↑](#footnote-ref-6)
6. Conforme estatuto ou contrato social de cada Alienante. [↑](#footnote-ref-7)
7. Para a Alienação Fiduciária das Ações da Emissora. [↑](#footnote-ref-8)
8. Para as demais Alienações Fiduciárias de Ações. [↑](#footnote-ref-9)
9. Apenas nas Alienações Fiduciárias de Ações que não a Alienação Fiduciária das Ações da Emissora. [↑](#footnote-ref-10)
10. Apenas nas Alienações Fiduciárias de Ações que não a Alienação Fiduciária das Ações da Emissora. [↑](#footnote-ref-11)
11. Conforme estatuto ou contrato social de cada Alienante. [↑](#footnote-ref-12)
12. Emissora somente não será interveniente anuente quando for a Alienante. [↑](#footnote-ref-13)